

**ATA DA VIGÉSIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos doze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e vinte e três minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo- secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, de forma presencial, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Solicito ao deputado Pedro Kemp, segundo-secretário, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente e senhores deputados. Leitura da ata. “Ata da Vigésima Quarta Sessão Ordinária da Primeira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Aos onze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e vinte e um minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE** – Lida e aprovada a Ata de número Trinta da Vigésima Terceira Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofício nº 84/2023, da Fundação Nacional de Saúde; Ofícios nºs 168.0.073.0017/2023 e 168.0.073.0019/2023, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul; Ofícios nºs 1 e 2/2023, do Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul; Ofícios nºs 300, 301, 306, 308, 309 e 310/2023, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 2.781/2023, da Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande; Ofícios nºs 1.762, 1.815 e 1.821/2023, da Secretaria Municipal de Educação de Campo Grande; Ofícios nºs 932, 953 e 955/2023, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana de Campo Grande. O senhor presidente suspendeu a presente Sessão Ordinária para dar posse à senhora Gleici Jane Barbosa, no cargo de deputada estadual, solicitando, nos termos do artigo 78 do Regimento Interno, a composição de uma comissão composta pelos Deputados Pedro Kemp, Renato Câmara e Lia Nogueira para acompanharem a senhora Gleici Jane Barbosa, ao Plenário. Assim que foi proferido o compromisso pela senhora Gleici Jane, o presidente declarou-a empossada e solicitou que o primeiro-secretário fizesse a leitura do termo de posse. Agradecendo a presença de todos o presidente encerrou a Sessão de Posse e retornou à Sessão Ordinária. **SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE** – Usaram da palavra os deputados Antonio Vaz, Lia Nogueira, Pedro Kemp, Zé Teixeira, Professor Rinaldo, Mara Caseiro, João Mattogrosso, Paulo Corrêa, Lucas de Lima, Renato Câmara e Gerson Claro. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Junior Mochi, Rafael Tavares, Coronel David, João Henrique, Pedrossian Neto Lidio Lopes e Paulo Corrêa. **GRANDE EXPEDIENTE** – Não houve oradores inscritos. **ORDEM DO DIA** – Foi aprovado, em redação final e votação nominal, o Projeto de Lei Complementar nº 2/2023, de autoria do Ministério Público. Foi aprovado, em discussão única e votação nominal, o Projeto de Lei nº 68/2023, de autoria do deputado Paulo Corrêa. Foi pedido vista pelo deputado João Henrique ao Projeto de Lei Complementar nº 4/2023, de autoria do Poder Executivo. Foram aprovadas, em primeira discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projetos de Lei nºs 45 e 48/2023, de

autoria do Poder Executivo. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria da Casa, endereçada aos familiares de Benedita Conde Pieretti; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Coronel David, endereçada aos familiares de Roberto Borgonha; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Lidio Lopes, endereçada ao prefeito de Nioaque, pelo aniversário do município; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado João Mattogrosso, pelos vinte e cinco anos do Sest Senat de Campo Grande, em nome do presidente dos conselhos de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, senhor João Resende Filho; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado João Mattogrosso, endereçada à Slogan Publicidade pelos quarenta anos de atuação no mercado publicitário sul-mato-grossense, símbolo de resistência no segmento desde a sua criação em 1983; requerimento de autoria do deputado Roberto Hashioka, solicitando a reserva o Plenário Deputado Júlio Maia, na data de 22 de novembro de 2023, no período das 19 às 21hs, para a realização da Sessão Solene, visando a celebração do Dia do Músico e a entrega da “Medalha Tom do Pantanal – Arara Azul”, conforme a Resolução nº 12/2010; requerimento, de autoria do deputado Pedro Kemp, solicitando a redesignação da data para o uso da tribuna pelo senhor Walter Gonçalves Filho, presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Mato Grosso do Sul (Sindjor), para o dia 12 de abril deste ano; requerimento de informações, de autoria do deputado Rafael Tavares, Lidio Lopes, Neno Razuk, Coronel David, João Mattogrosso, Zé Teixeira e Roberto Hashioka. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** - Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, onze de abril do ano de dois mil e vinte e três”. Foi lida a ata, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, para a leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Expediente da Sessão Ordinária do dia 12 de abril de 2023: Ofício nº 42/2023, da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), respondendo à indicação da deputada Mara Caseiro, presidente da CCJR (Prot. sem número); Carta nº 04.0197/2023, da Claro S.A., respondendo à indicação da deputada Mara Caseiro, encaminhando duas respostas ao expediente da deputada Mara Caseiro (Prot. sem número); Ofícios nºs 99 e 100/2023, da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), respondendo à indicação ao requerimento dos deputados Pedro Kemp, segundo-secretário, e Zeca do PT (Prot. sem número). Senhor presidente, foi lido o expediente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o nobre deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Senhor presidente, demais colegas, senhores e senhoras que prestigiam esta Sessão. Moção de pesar. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Elvis de Araújo Martins, pelo falecimento de seu pai, senhor Ramão da Silva Martins, ocorrido no dia 07 de abril de 2023, nesta Capital. O Parlamento Sul-Mato-Grossense, através da

iniciativa do deputado Professor Rinaldo Modesto, lamenta com profundo pesar, o falecimento de Ramão da Silva Martins, e se solidariza com todos os seus familiares e amigos. A Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, pesarosa, mas resignada com a vontade de Deus, almeja que a compaixão divina esteja nos corações dos familiares e de todos os amigos que compartilharam da convivência fraterna desse irmão que partiu, mas deixou um acervo riquíssimo de exemplos dignificantes. Nesse mesmo contexto, a Casa estará encaminhando também uma moção de pesar aos familiares do nosso querido Roberto Hashioka, pelo falecimento do seu pai. Moção de congratulação. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente este Poder ao delegado de polícia Fabrício Dias dos Santos, pela brilhante ação de salvamento de um bebê de nove meses, Yasmim, ocorrido no dia 21 de março de 2023, no Bairro Jardim Tijuca, em Campo Grande. Eu gostaria que essa moção fosse redigida nesses termos, senhor presidente: "A Assembleia Legislativa, legítima representante dos anseios da sociedade, pela iniciativa do deputado Rinaldo Modesto (Podemos), congratula-se com o senhor Fabrício Dias dos Santos, delegado de polícia na 6ª DP, no Bairro Tijuca II, em Campo Grande, reconhecendo o ato de bravura realizado quando avistou, na rua, uma mãe desnordeada com o bebê desfalecido em seu colo, se dirigindo ao Batalhão do Corpo de Bombeiros em busca de ajuda. O delegado Fabrício não se furtou de sua condição de servidor e segurança pública e se comprometeu, utilizando técnicas de salvamento, conseguindo reverter o quadro e salvar a vida da criança. Como parlamentar, conheço o comprometimento desses profissionais da Segurança Pública e tenho o dever de propor reconhecimento pelo ato de bravura cometido pelo delegado Fabrício Dias dos Santos". Muito obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, no Pequeno Expediente, o deputado Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Bom dia, senhor presidente, membros da Mesa, nobres colegas deputados. Requeiro à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação ao contabilista Ismael Almeida Machado pela sua posse na Academia Sul-Mato-Grossense de Ciências Contábeis. Justificativa. No dia 06 de março de 2023, o contabilista Ismael Almeida Machado tomou posse na Academia Sul-Mato-Grossense de Ciências Contábeis (Asulcon), e passou a ocupar a carta de número dezoito da Associação. A Asulcon tem como objetivo promover, divulgar, valorizar e incentivar o desenvolvimento e estilo ao conhecimento filosófico, científico e tecnológico da ciência contábil, cultuar a memória de todos aqueles que contribuíram para o aprimoramento da ciência contábil, realizar, incentivar a pesquisa e produção científica na área contábil, desempenhando grande papel representativo. Desse modo, congratulo-me com o contabilista douradense Ismael Almeida Machado por fazer parte dessa importante instituição. Se aprovada, a presente moção deverá ser encaminhada nos seguintes termos: "A Assembleia Legislativa de Mato Grosso Sul, representante de todos os segmentos sociais do estado, por proposição do deputado Pedrossian Neto, congratula-se com o contabilista Ismael Almeida Machado, em razão de sua posse na Academia Sul-Mato-Grossense de Ciências Contábeis (Asulcon), ocorrida em março de 2023". Indicação. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após

ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário municipal de Obras de Nova Alvorada do Sul, solicitando a manutenção da ponte de madeira localizada no município. Justificativa. Trata-se de um pleito encaminhado pelos moradores e produtores da região, para manutenção e restauração da ponte de madeira localizada sobre o rio Anhanduí, no município de Nova Alvorada do Sul, BR-267, KM 191, ponte com estrutura comprometida, madeiramento podre e madeira solta em vários pontos. A região é forte produtora de grãos e o uso da ponte é importante para escoamento da safra, já que o trânsito constante de caminhões e ônibus escolares oferece risco aos motoristas e passageiros. Indico à Mesa observadas as disposições regimentais, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande, solicitando que seja efetuada a manutenção de via pública no bairro do Bom Retiro. Trata-se de um pleito encaminhado pelos moradores do bairro. A rua Antônio Barbosa de Souza não tem cobertura de asfalto e devido ao número excessivo de chuvas no mês de março, encontra-se intransitável, causando um grave prejuízo à população. Era isso, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, no Pequeno Expediente, a nobre deputada Mara Caseiro.

DEPUTADO MARA CASEIRO (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, nobres deputados, deputadas, a todos que nos assistem pela TV Assembleia e que se fazem presentes aqui. Indico à Mesa, em consonância com as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, Senhor Hélio Peluffo, ao secretário de estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação, senhor Jaime Elias Verruck, e ao diretor-presidente da Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal de Mato Grosso do Sul (Iagro), senhor Daniel Ingold, solicitando a reforma e ampliação da sede da Iagro, no município de Paranaíba. A presente indicação atende ao pedido formulado pelo prefeito de Paranaíba, senhor Michael Queiroz. É o que eu tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o nobre deputado Rafael Tavares. Com a palavra, o nobre deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, senhores deputados. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à senhora Sônia Guajajara, ministra dos Povos Indígenas, com cópia à senhora Nísia Verônica Trindade Lima, ministra da Saúde, solicitando a criação de uma unidade do Distrito Sanitário Especial Indígena, para atender a população da região do Cone Sul. Justificativa. O estado de Mato Grosso do Sul conta com cerca de setenta mil indígenas e é o segundo estado brasileiro com maior população indígena do Brasil. Apesar do elevado quantitativo de população indígena no estado, existe apenas uma unidade do Distrito Sanitário Especial Indígena, que está localizada em Campo Grande. Sabemos que a distribuição territorial das instalações dos DSEIs não se dá

por estado, mas como não existe nenhuma outra unidade próxima que poderia suprir o atendimento à população indígena sul-mato-grossense, e para que haja uma melhor distribuição do atendimento aos povos indígenas, solicitamos estudos no sentido de criar uma unidade para atender a região do Cone Sul, que inclua o sul e o sudeste do estado, abrangendo os municípios de Eldorado, Iguatemi, Itaquiraí, Japorã, Jutí, Mundo Novo e Naviraí. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Sandro Benites, secretário municipal de Saúde de Campo Grande, solicitando a reabertura do agendamento de consultas médicas da Unidade Básica de Saúde da Família, doutor Cláudio Luiz Fontanillas Fragelli, localizado no Bairro Jardim Noroeste, nesta cidade. Segundo informações dos moradores da região, os pacientes estão sendo encaminhados para outras unidades nos bairros distantes e por se tratar de uma região em que a maior parte da população é carente, sua localização fica distante do centro da cidade e os moradores encontram dificuldade para se deslocarem, tendo que utilizar até quatro passes de ônibus. Portanto, no sentido de assegurar o acesso à saúde dos moradores do Jardim Noroeste, solicitamos a retomada das consultas médicas na Unidade Básica de Saúde do bairro. Era o que tinha, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o nobre deputado Rafael Tavares.

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Bom dia, senhor presidente, nobres colegas. Quero falar sobre o requerimento referente ao estudo da utilização de policiais nas escolas de Mato Grosso do Sul, porque tenho recebido muitas solicitações de pais que estão preocupados com a situação dos jovens nas escolas. Nós apresentamos um projeto de lei aqui na Casa, encaminhamos um requerimento ao Poder Executivo para, de forma mais rápida, conseguir dar mais segurança para as nossas escolas, professores e alunos. Então, peço ao governador Eduardo Riedel que dê uma atenção especial para essa questão, mesmo porque não vão deixar de entrar na escola para fazer uma barbaridade com os alunos, com os professores, só porque estão sendo filmados. Deveria ter policiais, seguranças armados, capacitar vigilantes para portar arma de fogo nas escolas porque o bandido tem medo de levar tiro. Acho que o Poder Executivo tem que dar uma resposta, e é isso que a gente está cobrando no dia de hoje. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Só para comunicar ao nobre deputado que o requerimento já foi respondido. Houve uma reunião com a Secretaria de Estado de Educação e com os especialistas em segurança pública, e hoje, às onze horas, o governo irá apresentar um plano na sede da Governadoria. O deputado Coronel Davi e representantes das Comissões de Segurança e de Educação desta Casa estarão presentes na apresentação. Encerrado Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Antonio Vaz: uma indicação (Prot. nº 01478/2023). De autoria do deputado Jamilson Name: quatro indicações (Prot. nºs 01484/2023, 01483/2023, 01480/2023, 01482/2023). De autoria do deputado João Henrique: três indicações (Prot. nºs 01472/2023, 01470/2023, 01471/2023); moção de pesar (Prot. nº 01473/2023). De autoria do deputado João Mattogrosso: uma indicação (Prot. nºs 01477/2023); uma

moção de congratulação (Prot. nº 01474/2023). De autoria do deputado Junior Mochi: uma indicação (Prot. nºs 01499/2023); uma moção de pesar (Prot. nºs 01500/2023). De autoria do deputado Marcio Fernandes: duas indicações (Prot. nºs 01479/2023, 01481/2023). De autoria do deputado Neno Razuk: uma indicação (Prot. nºs 01486/2023); um requerimento (Prot. nº 01489/2023). De autoria do deputado Paulo Corrêa: uma moção de congratulação (Prot. nº 01485/2023). De autoria do deputado Professor Rinaldo: sete indicações (Prot. nºs 01490/2023, 01488/2023, 01492/2023, 01493/2023, 01494/2023, 01495/2023, 01498/2023); uma moção de congratulação (Prot. nº 01487/2023); três moções de pesar (Prot. nºs 01491/2023, 01496/2023, 01497/2023). De autoria do deputado Rafael Tavares: três indicações (Prot. nºs 01467/2023, 01468/2023, 01469/2023). De autoria do deputado Zé Teixeira: duas indicações (Prot. nºs 01476/2023, 01475/2023).). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, a nobre deputada Mara Caseiro. Transferida. Com a palavra, o deputado Rafael Tavares. Transferida. Com a palavra, o deputado João Henrique. Vossa Excelência dispõe de trinta minutos.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — sem revisão do orador — Senhor presidente, colegas deputados, público que nos assiste pelas redes sociais e pela TV Assembleia. Subo nesta tribuna, no dia de hoje, não como opositor do governo do Eduardo Riedel, mas como integração, na condição de quem vem apresentar em bloco, deputado Rafael Tavares, três projetos de lei para fortalecer a segurança das nossas crianças nas escolas. Eu não estou aqui na condição de oposição, mesmo porque ela serve para fiscalizar, para cobrar, para movimentar, impulsionar ações de vontade que podem ser resolvidas de mãos dadas e, neste caso, com a ajuda do governo do estado. Eu apresentei, em 2019, dois projetos para programar câmeras em todas as escolas, detectores de metais e também, quando reivindicado pela Associação de Pais e Mestres, armas não letais que serviriam como prevenção, mas por orientação da base governista, esses projetos foram derrubados. Se houvesse mecanismos de contenção, como por exemplo, uma arma de choque, o maníaco, o psicopata de Santa Catarina que decidiu agir, teria sido derrubado por um agente de vigilância patrimonial ou por um policial, e teria sido contido. Nós temos que reconhecer que bandido só respeita a força, mas precisa da ajuda do estado, precisa receber cuidados psicológicos para que se possa entender qual é a pauta desse marginal, desse criminoso que matou quatro crianças. Aqui, no estado de Mato Grosso do Sul, nós estamos vulneráveis, caso contrário, essa reunião do governador Eduardo Riedel não estaria na pauta de vocês, não teríamos deputados propondo projetos que acreditam ser necessários, como o do deputado Rafael Tavares, para conter essas ameaças nas escolas...

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Permita-me um aparte, deputado?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PSDB) — Só para concluir o raciocínio, deputado Zé Teixeira. Os pais de alunos de escolas particulares têm nas mãos uma arma muito poderosa para cobrar maior segurança dentro das escolas, que é a mensalidade paga. Mas, quanto às escolas públicas, há a necessidade de uma ação conjunta do governador, dos secretários, dos deputados federais, estaduais, para que se consiga levar para as escolas maior segurança. Tenho certeza que nas escolas de

vocês há câmeras, vigilantes, pessoas especializadas para conter esse tipo de ameaça, mas nas escolas públicas, nas creches, a realidade é outra. Vocês sempre ouviram falar dos direitos humanos, mas a nossa sociedade se perdeu em algum ponto, porque os psicopatas, os criminosos, os bandidos, não entram nos bancos, não entram na Assembleia Legislativa, para matar, porque aqui nós temos seguranças armados, temos câmeras, alarmes. Aí eu pergunto, deputado Rinaldo, por que um bandido desse não teve um surto psicótico e foi atacar o Bope, a PM? É porque se ele entrar lá, vai sair uma peneira furada. Nós estamos em uma sociedade doente, que protege mais o seu papel moeda do que crianças, uma sociedade que protege muito mais os vinte e quatro deputados estaduais do que a vida de crianças que são o nosso bem maior. A comunicação e o marketing das campanhas eleitorais mostram que as crianças são o futuro do Brasil, mas elas não estão seguras nas escolas públicas e nós precisamos reconhecer isso. Esta Casa precisa criar uma comissão e analisar em bloco, impor no orçamento, colocar câmeras, detector de metais, botões de pânico e seguranças, com urgência. Em 2019, eu propus um projeto nesse sentido, mas o mesmo foi arquivado nesta Casa. Como legisladores, nós precisamos implementar políticas públicas e temos que aproveitar este momento. Deputada Lia Nogueira, a senhora é nova nesta Casa, atuante radialista, comunicadora da área policial, chegou aqui porque cobrava a atuação do estado no seu município, e agora está deputada estadual. Eu não quero ouvir que nós não podemos fazer nada! Nós podemos e devemos, mesmo porque, se não dermos para esses marginais uma resposta de que eles vão sair de dentro de uma escola com uma machadinha igual uma peneira furada, nós vamos ter mais problemas. É impagável, é inadmissível que uma criança que só tem o estudo como alternativa de ascensão social, seja mutilada. Neste caso, aqui não tem esquerda, não tem direita, não tem centro. Eu vou contar uma história rapidamente. Eu vi um casal de lésbicas que adotou um menino, o Bernardo, que veio a falecer. Essas mãezinhas deram todo carinho, todo conforto, passaram por audiências para adotar essa criança, o colocaram na escola, deram para ele dignidade, amor, afeto. Uma delas tem câncer e para se tratar, se despediu do seu filho e de sua companheira, e foi a última vez que ela viu esse menininho. Eu saio da minha casa tendo fé em Deus que quando eu chegar o meu filho vai estar lá. As mães dos colégios públicos, das creches, não têm essa mesma segurança, mas elas têm o mesmo direito. A mensalidade das escolas particulares são caras, mas vocês precisam saber que a gente paga muito mais para as escolas e creches públicas do que a mensalidade de uma escola particular. Quando se calcula o custo por aluno, na rede pública é muito mais elevado o valor do que na rede privada. Parece até que eles não têm direito de exigir imediatamente essa segurança, parece que eles não têm voz, parece que é porque não votam, mas eles têm muito mais direitos e condições de trazer mudança na segurança pública do que nós que podemos pagar uma escola privada. Neste momento é necessário haver união, integração e não oposição. Eu tenho o contrato do Governo do Estado que colocou em sete cidades dezessete milhões em câmeras, mas eu propus isso em 2019. Vamos criar uma comissão, vamos chamar a Comissão de Finanças e Orçamento, chamar a CCJR, vamos jogar imediatamente no orçamento, chamar o governador Eduardo Riedel, colocar isso imediatamente para que a mãe se sinta segura ao levar a sua criança para a escola. Quanto tempo vai levar para trazer essa segurança? Hoje haverá uma reunião às onze horas, mas que reunião é essa? Eu não fui chamado, mas vou lá de supetão. E cadê o

Fórum Nacional de Segurança? Cadê a Samira Bueno, que é uma das maiores especialistas em segurança pública do Brasil? Vocês sabem que eu sou de direita, sou bolsonarista mesmo, ela nem é, mas muitas das críticas que ela fez foram ao governo Bolsonaro. Portanto, vamos implementar isso já, vamos ouvir o que cada parlamentar tem a dizer, porque eu não quero é ter Bernardos, Luizas, Jéssicas, mortas pelo fato de os seus representantes não terem agido. Concedo um aparte ao deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Deputado, Vossa Excelência traz um tema muito importante que trata de segurança pública e concordo que deve-se chamar as pessoas para um fórum de discussão. Eu também apresentei um projeto, posterior ao de Vossa Excelência, mas ele morreu na Comissão de Constituição, Justiça e Redação por ser inconstitucional, porque ao apresentar um projeto, tem que apresentar uma planilha, e isso é iniciativa do Executivo. Vou citar um exemplo. Nós temos três segmentos da educação, o municipal que compete ao prefeito; o estadual que compete ao governador do estado mandar o projeto, colocar no orçamento e levantar o custo; e o federal. As maiores barbaridades que vejo hoje é nas universidades, onde há maior quantidade de drogas, e as pessoas têm a consciência formada. Nós temos estrutura de berço, educação: "não, senhor; sim, senhor; dá licença". Hoje estamos em um outro mundo, um mundo tecnológico que deveria vir para o bem, mas a internet, o Twitter, o Facebook, o Tik Tok, trazem simplesmente a destruição. Esta semana prenderam um menino de doze anos que divulgou na internet que ia matar, que ia entrar nas escolas, mas ao ser interrogado ele disse que só achou engraçado e que não ia fazer nada disso. O mundo hoje está caminhando diferente, por exemplo, na Rússia, na Ucrânia, no Oriente Médio, estão matando crianças. Então, acho que o que Vossa Excelência trata é importante, inclusive ontem um prefeito me pediu para fazer um orçamento de segurança para ele colocar guardas em treze escolas municipais. Uma das empresas apresentou um orçamento de onze mil e quatrocentos reais por agente/mês e outra de dez mil e quatrocentos reais por agente/mês, o que vai dar um milhão e meio por ano. Isso quer dizer que vida tem preço, mas se o prefeito trouxesse uma empresa especializada e fizesse um curso de segurança, ele poderia contratar treze servidores do município dele com salário de cinco, seis mil reais por mês, gerar emprego na cidade dele e gastar 50% menos dentro do orçamento. O poder público não se incomoda com a despesa do orçamento porque quem paga é o povo, através dos impostos. O que poderia ser feito é convocar policiais que estão na reserva para prestar serviço ao governo, e além da aposentadoria, terem direito de receber um adicional de 25% ou 30%. Essas pessoas já têm experiência para cuidar das escolas e seria mais econômico para o governo. Algumas pessoas aqui do nosso estado colocaram na rede social que o crime de Santa Catarina é culpa do Bolsonaro... Quer dizer, até o culpado procuram errado, porque eu acho que ninguém tem nada a ver com isso. O que nós precisamos é ter no país uma segurança pública responsável, que trate as pessoas com dignidade, uma segurança total nas escolas e na sociedade, porque não são só as escolas que estão inseguras, a população também está. Quero dizer que, felizmente, o Mato Grosso do Sul ainda é um dos estados mais seguros do nosso país. Muito obrigado.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Recebo a fala de Vossa Excelência e apenas para deixar claro, eu apresentei, em bloco, vários projetos que estavam na Casa à disposição para proposição, só que diferentes, porque exatamente esse ponto que Vossa Excelência tocou de que o deputado não pode determinar ao Executivo a criação de despesas, é algo que esta Casa precisa amadurecer, evoluir e entender que não é inconstitucional. Algo novo que a gente coloca nesses projetos é um artigo dizendo que será incorporado no exercício posterior porque o Supremo Tribunal Federal diz... A deputada Gleice Jane é neófito, espero que nos seus projetos seja colocado esse artigo de lei que eu insiro, que fica para o exercício posterior financeiro, porque aí não tem problema. Não é que o deputado não possa criar despesas para o Executivo, o que não pode é ele surpreender o Executivo, dizer que tem que ser feito naquele momento, porque tem toda uma programação. O que é inconstitucional é surpreender o gestor, mas somos nós que damos recursos ao estado, e essa é uma discussão que chega a ser imbecil, pois se eu dou meios para o governador, se eu digo para ele como será feita a gestão do orçamento, se eu preciso votar, eu não posso falar o que ele vai fazer, eu não posso dizer que aquele projeto vai ser financiado, eu não posso estabelecer a fonte? Vossa Excelência vai ter assessores, o deputado Rafael Tavares, a deputada Lia, para fazer uma planilha e saber quanto é que vai custar a implementação disso em setenta e nove municípios? Isso é insano! Nós não temos equipe para isso, é um absurdo todas as vezes a CCJR negar esse tipo de projeto. Inconstitucional é o arquivamento desses projetos que têm essa cláusula, esse artigo. Concedo o aparte ao deputado Rafael Tavares.

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Deputado João Henrique, quero parabenizá-lo pela preocupação e dizer que convido Vossa Excelência para também a assinar, em conjunto, os nossos projetos em defesa das crianças. E aproveitando o tema, quero parabenizar os alunos da escola de Maracaju, o Nota 10, a professora Silvia Aparecida, o professor Elias Figueiredo e o professor Felipe de Souza, que trouxeram os alunos aqui. Lembrando que Maracaju foi a segunda cidade em que eu tive mais votos. Vou fazer uma pesquisa: quem é Bolsonaro aí, levanta a mão? A base vem forte, João. Muito obrigado, presidente.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Eu poderia conceder um aparte a todos vocês para ouvir a opinião de cada um, mas concedo à deputada Lia Nogueira.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Bom dia, presidente, colegas parlamentares, público que nos acompanha aqui hoje e pela TV Assembleia. Deputado, eu vim aqui hoje porque não poderia deixar de reforçar o discurso que Vossa Excelência fez de forma perfeita e oportuna. Parabéns pelas palavras! Nós precisamos realmente atacar na raiz do problema. Foi em Santa Catarina, mas amanhã pode ser em Mato Grosso do Sul. Enquanto Assembleia Legislativa, nós podemos ajudar o governo do estado, e quando Vossa Excelência fala dessa limitação de um deputado, de um parlamentar, isso é realmente questionável. Acho que o senhor também integra essa frente, pois sabemos que existem linhas de atuação que a gente não pode chegar, mas estamos aqui para colaborar em ações. Eu estou apresentando um requerimento junto à Mesa Diretora para que a Frente Parlamentar

em Defesa da Criança e Adolescente, da qual faço parte, que foi criada nesta Casa de Leis, possa acompanhar esse plano de segurança que o governador está agilizando. O senhor colocou de forma incisiva que agora não é questão de quem é base de sustentação do governo, de quem é direita, quem é esquerda, quem é centro. Nós temos uma problemática e precisamos trabalhar na prevenção. Vale destacar que hoje, em sua maioria, quem cuida da segurança nas escolas públicas, quem controla a entrada e saída desses alunos, são servidores retirados de alguns setores, de algumas áreas, mas eles não têm nenhuma preparação para exercer segurança. Tem uma outra questão, a Delegacia de Pronto Atendimento à Criança e ao Adolescente não funciona vinte e quatro horas. Recentemente, eu fiz uma indicação para a Delegacia das Mulheres em Mato Grosso do Sul passar a funcionar vinte e quatro horas por dia, e depois o presidente Lula acabou por sancionar isso. Ontem, eu tive uma entrevista numa emissora de rádio aqui e eles perguntaram se o custo ia ficar muito alto para o governo do estado. Eu respondi que isso não é custo, isso é investimento em vida, e da mesma forma que se fala da violência contra nós, mulheres, nós também temos que falar da violência contra as crianças e adolescentes. Vale destacar, deputado João Henrique, que a unidade de ensino onde aconteceu a recente tragédia, em Santa Catarina, é privada. Sabemos muito bem a diferença social que existe no nosso país, e isso pode significar o futuro das nossas crianças, porque gente humilde só se forma, só chega onde quer, por meio de uma educação pública de qualidade. Quero parabenizar o deputado Rafael Tavares pelo projeto de lei que aproveita esses policiais da reserva. Creio que toda a união de esforços agora é bastante positiva nesse quesito. Parabéns mais uma vez e obrigada.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Incorpo a fala de Vossa Excelência, deputada Lia, agradecendo pelo aparte, e ao deputado Rafael Tavares, do mesmo modo. Anuncio publicamente que vou assinar todos os projetos dessa matéria, todos os requerimentos de urgência, para que tenha uma tramitação acelerada. Participarei com governo, sem governo, com secretário, sem secretário, de qualquer reunião que vise a implementar o aumento da segurança nas escolas públicas e privadas. E já que estamos falando aqui sobre inconstitucionalidade, há uma lei de iniciativa parlamentar que prevê a instalação de câmeras de segurança em escolas públicas. Ela foi considerada constitucional, quem decidiu isso foi o STF, e o questionamento era com relação à implementação do orçamento. Então, não tem nenhum tipo de inconstitucionalidade nesse projeto, no de detectores de metais, armas não letais e nenhum outro projeto que gere custos ou despesas para o governo do estado. Antes de conceder o aparte à deputada Mara Caseiro, quero dizer à deputada Lia que eu sei que se colocar detectores de metais, o cara pode entrar com uma faca de nylon, com fio de nylon, com uma faca de plástico e cometer a mesma atrocidade. Mas por isso vão facilitar a entrada de um bandido que não teve o CAC concedido, não é colecionador, não é atirador, não é caçador, não foi na Polícia Federal recadastrar, passar com uma arma ilegal e matar nossas crianças? Então, esses projetos que este parlamentar propôs, são projetos em bloco, para que possam ser aprovados, discutidos e implementados. Nenhum deles é o santo grau da segurança, mas todos são importantes para levar maior segurança às escolas. Deputada Mara Caseiro, quero dizer para a senhora e para a deputada Lia Nogueira que se nós não fizermos

algo, se nós, políticos, não dermos a resposta, a sociedade vai achar quem pode fazer. E sabe quem?

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Tempo, Excelência.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — O PCC vai fazer, as facções, dentro do presídio. Esse moço que praticou essas atrocidades, já, já vão jogar futebol com a cabeça dele. Com a palavra, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Primeiramente dizer, deputado, que eu concordo com todo o seu pronunciamento porque o bem maior que nós temos são as nossas crianças. Realmente os bancos, as Assembleias, todos os órgãos são extremamente protegidos, e acho que a gente peca em não proteger de forma incisiva principalmente as nossas escolas. Eu fico feliz em saber que o nosso governo vai fazer uma reunião hoje, para exatamente discutir e já colocar em prática algumas ações para a segurança das escolas, mas quero dizer que eles já vêm fazendo esse trabalho, inclusive implantando câmeras de videomonitoramento nas escolas. Tem uma previsão de que em duzentas e noventa escolas do estado estarão sendo implantadas essas câmeras de videomonitoramento. É claro que não é só isso que tem que ser feito, e acho superinteressante a questão de detectores de metais na entrada das escolas. A questão que foi colocada aqui dos policiais que estão na reserva fazerem a segurança nas escolas, já está acontecendo em Santa Catarina. Lá o governo já tem uma previsão de investir setenta milhões na contratação de policiais da reserva para fazer a segurança nas escolas. Aqui, nós trouxemos a questão da equipe multidisciplinar, que é um pedido antigo, anseio de todos os educadores e professores do estado de Mato Grosso do Sul, para atender os alunos e os professores das redes públicas de educação. Então, eu tenho certeza de que o governo hoje vai colocar um plano de ação para conter a violência nas nossas escolas. Coloco-me à disposição e continuo trabalhando para segurança das nossas crianças.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Conclua, deputado, o seu tempo está encerrado.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Incorporo a fala de Vossa Excelência e concedo o aparte ao Coronel Davi. Eu não vou concluir minha fala, mas gostaria de ouvir o colega deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVI (PL) — Obrigado pelo aparte e pela paciência, presidente. É pertinente a fala de Vossa Excelência, deputado João Henrique, até porque se estivesse tudo bem, nós não estaríamos nem comentando isso. Pela experiência que eu tenho, digo que essa responsabilidade não é só do poder público, que pode e deve fazer muito com relação a esse problema, mas a gente também tem que voltar os olhos... Quem fala aqui é um ex-comandante-geral da Polícia Militar: a gente não resolve esse problema somente com policiais nas escolas, até porque a escola vai ser um palco de tranquilidade, que é a nossa intenção, mas nos arredores da escola e no ambiente familiar pode ser que não tenha toda essa tranquilidade. Por isso é que hoje nós vamos lá ouvir, para saber o que o plano de

segurança do governo pretende fazer para levar essa paz e tranquilidade para as escolas. Eu acho pertinente que depois da apresentação desse plano, a Assembleia cobre mais algumas medidas que julgamos pertinentes com relação a esse assunto, até porque essa é uma coletiva que vai ser dada pelo governo do estado, deputado João Henrique, sem o convite formal para esta Casa. Eu vou lá com o presidente da Comissão de Segurança Pública e também sei da nossa responsabilidade aqui. Muito obrigado.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Agradeço ao presidente pela gentileza e considero um equívoco do governo não fazer o convite formal. Estarei lá se conseguir chegar a tempo.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em nome da Casa, quero agradecer ao Centro de Educação Pantanal Colégio Nota 10, de Maracaju, e a presença dos professores Silvia Aparecida Alves Cabreira Furtuoso, Elias Figueiredo e Felipe de Souza. Sejam sempre bem-vindos! Ainda no Grande Expediente, com a palavra, o deputado Lidio Lopes. Transferida. Com a palavra, o deputado Kemp, que disporá de trinta minutos para o seu pronunciamento.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — sem revisão do orador — Senhor presidente, senhores deputados, eu ia tratar justamente desse assunto que o deputado João Henrique abordou aqui na tribuna. Quero dizer que esse debate está na Ordem do Dia e nós precisamos realmente aprofundar essa discussão, até porque só no dia de ontem eu recebi três comunicados de escolas que estariam recebendo ameaças de ataques, inclusive um aluno de oito anos de idade me mandou um áudio me pedindo para fazer alguma coisa, dizendo que estão apavorados. Eu tenho receio de que esta discussão acabe indo por um caminho que não vai resolver o problema: apenas o caminho do policiamento, do armamento. Se começarmos a defender a militarização de escolas, daqui a pouco a escola será como um pequeno presídio. Então, nós temos que tomar muito cuidado com essa discussão. Foi falado que detector de metais nas escolas pode ser uma medida que ajude a controlar a entrada de arma branca, arma de fogo, e isso pode ser interessante; a ronda policial escolar ajuda muito fazer o policiamento no bairro. Mas temos que tomar cuidado com algumas colocações e eu quero trazer dados científicos de uma pesquisa que foi realizada por pesquisadores da Unicamp. O assunto de Vossa Excelência está dentro daquilo que os pesquisadores estão falando. Há doze anos, um jovem de vinte e três anos entrou numa escola no bairro Realengo, no Rio de Janeiro, e fez um massacre que chocou o Brasil, mas esse tipo de massacre já era comum nos Estados Unidos, há muitos anos. Meu professor, no curso de mestrado na Universidade Federal, dizia que se queremos saber o que vai acontecer com a nossa realidade aqui no sistema capitalista que vivemos, temos que observar as formas mais desenvolvidas do capitalismo, por exemplo, os Estados Unidos. Aquilo que acontecia nos Estados Unidos há vinte, trinta anos, está acontecendo hoje no Brasil. Depois de Realengo, nós tivemos uma situação recente na creche, onde cinco crianças foram assassinadas com machadinha; tivemos o assassinato da professora em São Paulo, na Escola Thomázia, por um aluno de treze anos, e por aí afora. Agora virou moda, todo dia tem uma ameaça numa escola e as pessoas ficam em pânico, desesperadas. A Universidade Campinas fez uma pesquisa,

senhor presidente, e analisou dados de ataques ocorridos nas escolas do Brasil, apenas os que foram planejados, em um período de vinte anos. Essa pesquisa mostrou que vinte e dois ataques causaram a morte de trinta pessoas, sendo vinte e três estudantes, cinco professores e dois funcionários de escola. Em cinco desses ataques, os agressores se suicidaram posteriormente e essa pesquisa detectou que a nossa juventude está sendo cotada por grupos extremistas de direita, neonazistas e fascistas. Quando você entra no site e vai pesquisar o perfil dessas pessoas que estão atacando as escolas, elas estão em grupos neonazistas, estão usando a suástica na camisa, estão colocando no seu perfil, nos grupos das redes sociais que elas participam, aquela máscara que era símbolo da SS do nazismo, na Alemanha. Foi feito o perfil psicológico desses meninos: eles têm baixa autoestima, problema de relacionamento na escola, famílias violentas, pais violentos, sofrem bullying nas escolas. O lugar onde esses meninos se relacionam é nesses grupos das redes sociais, e quando eles vão para uma escola atacar, causar pânico, é o momento que eles têm de se mostrar para a sociedade, é um momento de notoriedade, e eles acabam se tornando um herói dentro do grupo neonazista. Aquele menino que não tem amigo na escola, que tem baixa autoestima, que apanha em casa, que tem sofrimento psicológico, acaba tendo o seu momento de notoriedade e para ele é um sucesso ver a escola cercada de camburão, as pessoas chorando, aquele pânico todo. Nesse momento ele atingiu o seu intento, ganhou notoriedade, e é isso que está acontecendo, meus amigos. Quero chamar a atenção para os nobres pares desta Casa, porque se nós apenas defendermos policiamento, detector de metal e rigidez nas escolas, poderá amenizar, mas não vai resolver o problema. Nós temos que derrubar as contas das plataformas nas redes sociais dos grupos neonazistas que estão seduzindo os nossos jovens para essas atividades. É isso que está acontecendo! Há uma pesquisa científica da Unicamp que está dizendo isso. Os Estados Unidos têm um policial por escola, elas parecem presídios, e de vez em quando tem uma massacre dentro de uma escola e esses massacres coincidem, são grupos extremistas de direita neonazistas e fascistas. Eu quero dizer que nesses últimos anos, principalmente no governo Bolsonaro, que incentivou a liberação de armas neste país, houve um crescimento desses grupos extremistas de direita e neonazistas...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Permita-me um aparte, deputado?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — O ministro da Justiça, Flávio Dino, ontem disse que são mais de quinhentas postagens no Twitter, fazendo apologia a esse tipo de ataque nas escolas. É necessário derrubar essas contas, perseguir esses grupos neonazistas e dar tratamento para os alunos que estão com problemas psicológicos nas escolas, caso contrário o problema não será resolvido. Concedo um aparte ao presidente, deputado Gerson Claro.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Nobre deputado, quero parabenizar a fala de Vossa Excelência, bem como a do deputado João Henrique, mas a minha preocupação vai muito mais além. Eu fiz Magistério, trabalhei com crianças de primeira à quarta série durante oito anos, trabalhei em escolas de segundo grau

durante quatro anos, são doze anos de Magistério, isso há mais de vinte e cinco anos. Ouvi Vossa Excelência falando de um massacre há doze anos, e discordo em parte no que diz respeito ao aumento por causa de governo "A" ou governo "B". Eu não gostaria de entrar nesse mérito. Hoje, no Rio Grande do Sul, está no G1 o caso relativo a um garoto de oito anos de idade. Na hora que a polícia chegou na casa dele, encontrou bandeiras com a suástica nazista, equipamento de polícia, arma, tudo isso no quarto de uma criança. É impossível a gente acreditar que dentro de uma casa acontece isso e os pais não sabem. Eu me lembro que quando começou o problema da pandemia, eu me preocupei muito em não ser um falastrão, porque no começo todo mundo queria saber tudo, todo mundo queria dar opinião. Logo que o governador Reinaldo montou uma equipe, eu ouvi os especialistas da área de Saúde e entendi que na hora que está acontecendo alguma coisa muito grave para a sociedade, as pessoas começam a falar muito, querem aparecer mais do que resolver o problema. Eu sou da área de Educação, acredito que ela não muda o mundo, mas muda as pessoas. É fato que nós temos hoje um problema na família, e vejo muita gente questionar a questão da segurança nas escolas públicas, mas o fato ocorrido em Santa Catarina foi numa creche particular. Hoje eu vi uma professora pedindo nas redes sociais para os pais revistarem a bolsa do filho na hora de ir para escola, pedindo para eles olharem o celular, olharem a rede social. Portanto, antes de começar a jogar responsabilidade para o estado ou para a escola, cada um deve começar a assumir a responsabilidade dentro de casa, eu não vejo outra alternativa mesmo não sendo especialista em segurança. Eu acho que o caso é muito mais complexo, é uma questão que envolve uma sociedade doente, uma avalanche de informações falsas de ideologias que comprometem a questão sociológica. Eu faço questão de fazer essa manifestação porque é um assunto importante, mas temos que ter muita cautela. Tivemos quatro crianças que perderam a vida em Santa Catarina, mas também cinquenta mil pessoas, por mês, perdem a vida vítimas de acidentes de trânsito, no Brasil. Temos que ter consciência de que os problemas vão acontecer a cada dia e que temos que convocar a sociedade, a família, os especialistas, para buscar a solução dos problemas. É isso o que nós vamos fazer agora com o anúncio do governo, com a participação do deputado Rinaldo na Comissão de Educação e do deputado Coronel David como especialista da área de Segurança. Eu me somo à fala de Vossa Excelência e quero dizer que estou muito preocupado em construir uma solução. Obrigado.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Quero incorporar a fala de Vossa Excelência, na íntegra, ao meu pronunciamento e dizer que o senhor foi muito feliz em abordar esse problema nessa perspectiva. Eu não discordo totalmente do deputado João Henrique, acho que detector de metal pode ajudar, a deputada Lia falou dos inspetores de alunos na porta das escolas, que também é importante para ver quem entra e quem sai da escola, até porque não é só esse problema de massacre, tem também o problema de traficantes que entram nas escolas. Agora o que eu estou querendo dizer é que existe uma pesquisa científica que analisou os casos em vinte anos no Brasil, e o que eles descobriram é que os jovens que atacam as escolas pertencem a grupos neonazistas e esses grupos estão os incentivando a promover ataques para se tornarem heróis nesses grupos. Então, Deputado Coronel David, eu penso que nós devemos investir em duas frentes aqui. Se eu pudesse estar lá na

reunião do governo, primeiramente eu ia sugerir investimento na inteligência da polícia para detectar possíveis ataques e essas redes sociais. Nós temos que combater na raiz esses grupos que estão seduzindo jovens com problemas psicológicos. É preciso derrubar essas plataformas das redes sociais. Ontem, eu recebi vários printes de conversas nesses grupos e as pessoas mascaradas dizendo: "eu vou na escola tal, vou matar todo mundo, e o último vai ser o diretor da escola". Está aqui. E, por último, colocar psicólogos nas escolas, inclusive já tem uma lei federal aprovada e isso não é cumprido. Tem aluno na escola que está pedindo ajuda, socorro, está se cortando, está com problema de ansiedade e depressão. Nós temos olhar para a causa do problema, senão vamos ficar sempre correndo atrás do prejuízo. Quero ouvir o meu nobre colega deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Obrigado pelo aparte, deputado Pedro Kemp. Eu gostaria de enaltecer a fala do presidente que, apesar de não ser especialista em segurança, é especialista em educação. Eu sempre estou dizendo isso nas manifestações que estão fazendo depois que surgiram esses fatos, até porque a imprensa nos procura e quer saber o que a gente acha que precisa ser feito. Eu defendo que é uma questão de segurança pública, mas que é preciso obrigatoriamente ter uma visão multidisciplinar para buscar a solução disso. Concordo com Vossa Excelência sobre o acompanhamento psicológico, venho defendendo isso também, porque muito do que vem sendo causado no interior das escolas é por conta de traumas que são adquiridos dentro da própria casa. A criança sofre agressão, presença violência doméstica, acaba criando um trauma e desconta nos seus amiguinhos na escola, o que já é comprovado. Eu discordo quando o senhor diz que está sendo um fracasso esses cem dias e eu defendo porque ontem, ouvindo os especialistas, ele acertou em fazer um decreto obrigando as plataformas digitais a informar as autoridades policiais quando perceberem algum movimento estranho, alguma mensagem que leve a um acontecimento trágico como a gente vem presenciando atualmente. Essa é uma das questões que eu também defendo. Para encerrar, deputado Pedro Kemp, o senhor disse que tem uma pesquisa de vinte anos atrás que mostra que grupos neonazistas usam a rede social para incentivar e propagar o ódio, a violência, e que leva algumas pessoas menos dotadas de cultura e influenciadas por esse pessoal a praticar algum ato. Concordo com o senhor, faz vinte anos que isso acontece, mas quando Vossa Excelência diz que esse é o fato, apontando o dedo para o ex-presidente Bolsonaro, eu acho que nós nos distanciamos da discussão séria que esse problema exige. É importante a participação e a união de todos, sem isenção e sem ideologia, porque quando se coloca ideologia na discussão de um assunto tão grave, diminui-se a importância dele e, com certeza, se perde na busca de solução. Então faço esse reparo a fala do senhor e acho que nós temos que pensar um pouco mais à frente, sem politicagem, sem política, mas procurar realmente resolver o problema, porque senão crianças, jovens, adolescentes vão continuar morrendo. Muito obrigado.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Obrigado, deputado Coronel David, espero que a gente possa continuar tendo esse debate qualificado. Longe de querer restabelecer uma discussão beligerante com Vossa Excelência, mas esta é a minha opinião, não é ideologia, não é politicagem. Na minha opinião, o governo Bolsonaro

incentivou muito o discurso do ódio e a violência. A gente viu muitas fotos do Bolsonaro com criança fazendo arminha com a mão. É só pegar nas redes sociais e ver como os grupos neonazistas se multiplicaram nesses anos. Houve um incentivo, houve um discurso de ódio, liberação de armas, flexibilização, acesso às armas. Eu não quero aqui fazer um discurso apenas para criticar o governo anterior, mas é uma realidade que nós pudemos constatar, os grupos neonazistas cresceram assustadoramente durante esses quatro anos de governo. E para mim, a causa desses massacres está justamente no aliciamento desses jovens por parte desses grupos. Vou ouvir a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Bom dia, deputado, e obrigada pelo aparte. Eu gostaria de colaborar com esse debate dizendo que eu sou professora e estava na sala de aula até esses dias, antes de assumir meu mandato aqui. Eu concordo com a deputada Mara Caseiro: é necessário fortalecer as equipes multidisciplinares. E concordo também com a deputada Lia Nogueira, sobre a necessidade de dialogarmos com as pessoas que estão no trabalho da escola, que estão em contato direto com essas crianças. Nós tínhamos uma situação antes da pandemia e temos outra pós-pandemia, inclusive com relação às redes sociais. Eu estava na sala de aula quando começou a pandemia e testemunhei como foi desesperador para essa moçada, para as crianças, para os adolescentes que tiveram que se recolher dentro das suas casas, e o único instrumento de diálogo que existia para essas crianças eram as redes sociais. E quando elas retornaram para a escola, nós tivemos um trabalho árduo de diálogo com essa moçada, para compreender o que estava acontecendo, porque todas as violências das redes sociais chegavam à sala de aula. O presidente disse aqui da sua experiência docente e ele sabe que na sala de aula nós temos um olhar de escuta e esse olhar é fundamental para ajudar a combater a violência. Então, quando a gente pensa em segurança dentro das escolas, nós temos que compreender a função da escola na sua amplitude, não só colocar polícias, porque não vai resolver o problema. A ronda escolar é fundamental, é importante porque dá um apoio, mas ela não resolve necessariamente o problema da segurança. A segurança passa por saúde, passa por diálogo, e como foi bonito ver a moçada da escola aqui colocando o seu posicionamento político. Nos últimos anos, as escolas públicas foram silenciadas com o debate da escola sem partido. Eu quero dizer para vocês, nobres colegas, que dentro das escolas, hoje, professores e professoras se sentem amedrontados, com medo de falar de assuntos importantes, como por exemplo, a violência e tudo o que leva ao debate político. Ninguém fala mais dentro das escolas! Por que na escola privada tem posição política, como vimos aqui, e nas escolas públicas nós somos silenciados? A política nada mais é do que a arte do diálogo, do que poder enfrentar os debates. A violência é o fim do diálogo, ela acontece quando a gente não consegue mais dialogar e é nesse momento que as pessoas se utilizam da força física. A violência é um diálogo também, e nós precisamos compreender isso. É importante que as escolas retomem debates sobre a violência a partir de temas polêmicos, como antes era feito e as crianças podiam falar. Eu gostaria de dizer, deputado, que nas escolas nós identificamos a violência. A violência que as crianças sofrem nas suas casas, nós identificamos através do processo da escuta. Precisamos ter uma escuta qualificada dentro das escolas para poder combater a violência, precisamos trabalhar em rede. Se nós queremos ter

segurança nas escolas, pensar um futuro para essa juventude, é necessário ouvir as crianças, ouvir a juventude, ter uma escuta qualificada é importante para eles. Então, nobres colegas, acho esse debate é pertinente, fundamental, e nós temos que ouvir a Ciência, não é a partir da nossa imaginação, temos que ouvir o que está acontecendo. Eu acho que nos próximos dias precisamos fazer um debate muito sério sobre isso, inclusive foi falado aqui por algum colega, não me lembro qual, sobre a divulgação desses atos. Nós precisamos conversar sobre isso porque a forma que se fala sobre o assunto às vezes incentiva essas práticas. Há muitas coisas que a gente precisa debater sobre a segurança, e a segurança na escola passa pela segurança da sociedade. Nós temos uma sociedade que está adoecida, uma sociedade que não consegue dialogar e divergir, e é função nossa que estamos aqui, como líderes políticos, incentivar essa sociedade a voltar a debater, a divergir e a construir políticas a partir da divergência. Eu gostaria de colaborar com essa fala e dizer que nós estamos com muita vontade de fazer esse debate com a seriedade e a necessidade que ele merece. Muito obrigada.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Agradeço e incorporo o aparte de Vossa Excelência à minha fala. Vou ouvir o nobre colega deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Primeiramente quero parabenizar o deputado João Catan por trazer esse assunto à tribuna e acho que nós temos realmente que fazer essa grande reflexão. Não é culpar um ou outro, mas procurar, dentro das nossas competências, atuar no sentido de enfrentar o problema. Aqui foram mencionadas várias formas. Obviamente a questão da inteligência é de suma importância para identificar a origem dessas postagens e que a equipe de segurança tome as medidas necessárias e preventivas para evitar que em Mato Grosso do Sul ocorram fatos que aconteceram em outros lugares. Esse assunto não é recente, tanto é que em 1999 aconteceu isso em Columbine, nos Estados Unidos. Antes disso, deputado Pedro Kemp, no meu primeiro mandato como deputado, em 1998, a violência de alunos contra professores já acontecia, e nós criamos aqui na Casa uma comissão permanente de enfrentamento à violência nas escolas. Nós chamamos todas as instituições, as Secretarias de Segurança Pública, de Educação, de Assistência Social, de Saúde, e avançamos nessa questão até o ponto de criar um observatório lá na Universidade Federal. Esse observatório nos trazia uma radiografia, porque junto com as escolas nós selecionamos alguns municípios para fornecer as informações em tempo real para que a gente pudesse ter um diagnóstico preciso, mesmo porque quando o problema chega, você aponta várias alternativas e soluções, mas não tem um diagnóstico preciso. Como foi dito aqui, não é só a violência física, mas também a violência psicológica. O que acontece é que muitas vezes a violência física decorre da psicológica, e dentro da escola, intramuros, há jovens de várias "tribos", de vários pensamentos, de várias influências, que sofrem desde a sua casa ou mesmo na rua, dos seus grupos, e esses grupos estão sendo formados. Então, antes de mais nada, é necessário a gente conseguir identificar com clareza e chamar para participar as igrejas do bairro, os clubes de mães, os clubes de serviços, as associações, porque esse não é um problema restrito apenas à questão política, é um problema que a sociedade tem que encarar e ela está amedrontada. Eu estive ontem no palanque do desfile e veio a diretora do Instituto Federal me dizer sobre um fato

acontecido numa escola inclusiva da zona rural, num distrito de Sidrolândia, onde a criança entrou com uma faca, ficou rodeando, e uma merendeira o enfrentou, trancou o jovem dentro do banheiro para poder chamar a polícia. Vejam o ponto que nós estamos chegando! Essa é uma situação extremamente séria, relevante, grave, e se não houver uma união de propósito, de ações do poder público, da Assembleia, da sociedade civil organizada, das instituições, nós não vamos conter isso. Essa é a reflexão que eu acho importante fazer. Obviamente, se nós tivéssemos já há algum tempo as comissões multidisciplinares, o psicólogo, para ajudar a identificar o problema na origem e tratar... O jovem está sofrendo violência psicológica e isso parte para a área física. Então, é extremamente importante essa discussão e acho que ela não deve se limitar a uma sessão, nós temos que sentar, chamar as nossas comissões permanentes que atuam na área, para podermos auxiliar, chamar sociedade para discutir. Aqui é o local onde nós debatemos as ideias, onde as propostas têm que fluir e a gente tem que estabelecer consenso em termos de ações práticas, necessárias e importantes para este tema.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Muito bom, Deputado Junior Mochi.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Só por questão de ordem, o tempo já acabou, mas nós vamos abrir uma exceção. Quero convidar o deputado Renato Câmara para assumir a presidência. Eu vou ficar on-line na Ordem do Dia para participar da apresentação do plano de segurança das escolas. Dizer que a gente recebe, a todo momento, municípios que suspenderam as aulas, pressão para contratação de segurança, enfim, há uma insegurança geral. Obrigado, deputado Renato.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Vou conceder o aparte ao deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriotas) — Deputado Pedro Kemp, quero parabenizá-lo por trazer essa discussão a esta Casa. Este é um assunto recorrente e a cada ano que passa é gerado mais alarme, a exemplo dos fatos que aconteceram nos estados de Santa Catarina e de São Paulo. Eu presido a Frente Nacional em Defesa da Criança e do Adolescente (Fenacria), e quero comunicar que amanhã estarei em Brasília, na reunião da Unale, justamente porque existe uma preocupação geral nesse sentido, em nível nacional, e em Mato Grosso do Sul não é diferente, em Campo Grande não é diferente. Eu acompanhava hoje de manhã a reportagem de uma cidade do interior, onde foi encontrada uma faca dentro da mochila de um menino, e quando foram ver a faca era usada para descascar cana no caminho que ele ia para escola. O problema disso tudo é a grande propagação. Com relação a isso, acho tem que ter um trabalho efetivo do Governo Federal em cima das emissoras de televisão em cadeia nacional, porque elas propagam assuntos que nem são interessantes para nós, como por exemplo, a Rede Globo mostrou ontem o assunto de uma invasão e morte, um cara matou três pessoas lá nos Estados Unidos. Da mesma forma com relação à Covid-19, que acabou trazendo para nós e para os nossos familiares um medo terrível, recorrente, porque quando eu testei positivo, meus filhos entraram para me abraçar soluçando, com medo de eu morrer. Então, quando nós vemos uma matéria

dizendo que houve uma invasão dentro de uma escola, que houve uma chacina, que houve crimes dentro de escola, obviamente isso gera insegurança e um medo geral. Em Campo Grande não tem sido diferente. Eu tenho visto a prefeita participando das reuniões com o sistema de segurança, não só do município, como do estado, discutindo e buscando alguma forma de realmente colocar essa segurança dentro das escolas, aumentando o patrulhamento, colocando viaturas à disposição para que a Guarda Civil metropolitana possa efetivamente estar nas escolas, dando mais segurança aos alunos e aos familiares, mas também contratando o sistema de segurança para monitorar as escolas. Portanto há uma preocupação muito grande e isso assusta a população. Teve o caso de um menino, numa escola privada, que dizia que o pai era policial, os coleguinhas o provocavam dizendo que não era, e para provar ele conseguiu achar a arma do pai e levar dentro da lancheira para a escola. Ao pegar essa arma na lancheira para mostrar aos colegas que realmente o pai era policial, ele acabou disparando a arma acertando o próprio pé. Então, é isso que gera essas provocações, esses desafios. Semana passada, picharam em uma escola nas Moreninhas, dizendo que no dia 14 haveria uma chacina na escola, e obviamente que isso gerou medo, gerou pavor, mas o serviço de inteligência já está monitorando. Na verdade, existem pessoas maldosas que estão propagando terror, e nós temos que, junto com o governo, monitorar de onde surgem esses atos de apavoramento à população, para coibir e dar tranquilidade às nossas crianças nas escolas. Muito obrigado pelo aparte.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Eu que agradeço e incorporo sua fala ao meu pronunciamento. Vou ouvir o deputado João Henrique, embora o tempo já tenha se esgotado. O senhor tem quatro minutos.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Deputado Pedro Kemp, ouvindo o discurso de Vossa Excelência, pude notar a importância do tema e das visões, mas antes de complementar a sua fala, quero falar da falta de tato político do governador Eduardo Riedel, que marca uma coletiva sobre esse tema para às onze horas, que é o início da nossa Ordem do Dia, dando a impressão de que o que esta Casa pensa sobre o tema não é relevante. Eu acho que em respeito a esta Casa, deveria ser formalizada uma reunião, não uma coletiva, para ele dizer quais são as ações e as medidas que pretende adotar. Ele deveria convidar formalmente todos os deputados desta Casa para dizer um pouquinho do que pinçou do debate de cada parlamentar aqui. Eu acho uma falta de respeito tanto o horário que foi marcado quanto o formato, fazer uma coletiva e não uma reunião. Portanto deixo aqui o registro para que Vossa Excelência envie ao governador Eduardo Riedel a necessidade de uma reunião com a participação formal desta, de todos que queiram e possam participar. Deputado Pedro Kemp, a fala de Vossa Excelência é muito importante. Deputada Gleice Jane, a senhora colocou a necessidade de assistência, de oitiva dos conselhos multidisciplinares, e quero dizer que assino os projetos de Vossa Excelência nessa matéria, mas há um problema, quando a pessoa está doente, o tratamento psicológico leva tempo, é contínuo, e ainda que a gente conseguisse mapear imediatamente, levaria muito tempo. Então, nós precisamos fazer as duas coisas. Conforme Vossa Excelência consignou aqui, as crianças não estão seguras, seria interessante instalação de câmeras, de detectores de metais, botão de pânico, acho que é um

projeto, salvo engano, do deputado Neno Razuk e do deputado Rafael Tavares. Neste momento a gente tem que deixar o debate ideológico. Eu deixei uma crítica a Vossa Excelência, com todo respeito, por relacionar a questão ao presidente Bolsonaro, mesmo porque esse rapaz tem vinte e cinco anos, e os dezesseis anos da formação pedagógica dele não foram dentro do governo Bolsonaro. Então, apenas uma ressalva, porque eu quero me somar ao debate de salvar e assegurar as nossas crianças dentro das escolas. Assino o projeto do PT, do PSOL, e se tivesse do PC do B eu ia ficar um pouco ressabiado, mas com esse intuito, Vossa Excelência pode ter certeza que este deputado está preocupado com o tema. Quero ouvir, ser ouvido pelo governo do estado, pelos colegas que pensam diferente e que colocam as nossas crianças como prioridade de ensino e de segurança. Agradeço a oportunidade de fala.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Agradeço o aparte, e quero dizer que é nessa linha que nós estamos querendo discutir nesse momento. Ronda escolar, detector de metais, tudo isso é muito importante, acho que é uma medida que dá mais segurança para quem está trabalhando na escola, porque como eu disse, não é só criança que entra com faca na mochila, mas pode ter alguém que queira ir na secretaria conversar, portando uma arma dentro da bolsa. Então essas medidas são importantes, câmeras nas escolas, já tem muitas escolas com sistema de monitoramento, mas nós precisamos ter inteligência para detectar esses grupos que estão aliciando os nossos jovens para essa violência extremada. Também é importante o tratamento psicológico para os alunos que estão necessitando de acompanhamento profissional, equipes nas escolas, porque hoje a gente tem um psicólogo que atende quinze escolas aqui em Campo Grande, o que é uma piada. Para encerrar, eu quero me somar à fala do deputado João Henrique, dizer que tenho o maior interesse em participar das discussões do encaminhamento que o governo do estado está pensando em dar para essa matéria. Estou aqui participando da Sessão, agora nós vamos votar os projetos que estão na pauta. Eu também lamento que o governo tenha marcado essa reunião para às onze horas, impossibilitando os deputados que gostariam de participar e até protestar para que o governo possa, da próxima vez, levar em conta a participação dos deputados nesses assuntos que são muito importantes para a sociedade. Fica aqui a nossa fala de protesto.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Consulto o primeiro-secretário se há quórum para deliberação.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Senhor presidente, quero sugerir que seja transferida a Ordem do Dia para amanhã. Não há quórum qualificado neste momento para votação. Entendo que onze horas da manhã, que é exatamente a hora da votação dos projetos, se não há quórum qualificado, efetivamente perde, não só o governo, mas também a Casa.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Sugestão acatada por esta presidência. Suspensa a Sessão. Convido o delegado da Receita Federal, senhor Clóvis Ribeiro Cintra Melo, para fazer seu pronunciamento. Seja bem-vindo.

SENHOR CLÓVIS RIBEIRO CINTRA MELO (delegado da Receita Federal) — Excelentíssimo senhor deputado Gerson Claro, presidente desta distinta Casa; deputado Paulo, em nome de quem eu cumprimento os demais membros da Mesa Diretora; deputada Mara Caseiro; deputado Lidio Lopes; demais deputados aqui presentes, senhoras e senhores, público que aqui nos assiste. Primeiramente, quero agradecer a oportunidade de estar aqui divulgando uma campanha muito importante para toda a sociedade, mormente a sociedade sul-mato-grossense, que é a Campanha Destinação, também conhecida como o Imposto Solidário, que é a possibilidade que tem todo declarante do Imposto de Renda pessoa física, que tem imposto devido, de destinar até 6% para os fundos da criança e adolescente, bem como, para os fundos da pessoa idosa. Destaco que nada mais o contribuinte paga ou irá pagar em decorrência dessa doação. Eu venho aqui divulgar e pedir o apoio desta nobre Casa, para que todos os deputados e deputadas, assim como o público aqui presente e todos que nos assistem, possam fazer essa destinação para atender essas crianças, adolescentes e idosos em condição de vulnerabilidade social. Não custa nada e é muito simples. Destinação é o termo técnico, mas normalmente a gente costuma falar doação. Quero trazer um dado muito relevante, senhor presidente. No ano passado, no estado de Mato Grosso do Sul, nós tínhamos um potencial de destinação de cento e quarenta e quatro milhões de reais que poderiam ter ficado aqui nos Fundos da Criança e do Adolescente e da Pessoa Idosa, no estado de Mato Grosso do Sul, mas apenas sete milhões e meio foram destinados diretamente na declaração, um pouco mais do que 5%. Ou seja, os outros cento e trinta e oito milhões de reais que poderiam ter ficado aqui no nosso estado, foram para o caixa único do Tesouro Nacional. Isso aconteceu por mero desconhecimento do público, dos declarantes de Imposto de Renda da pessoa física. Esses fundos que atendem as entidades sem fins lucrativos, crianças, adolescentes e idosos em condição de vulnerabilidade social, poderiam ser melhor atendidos se esses recursos tivessem ficado aqui nos fundos municipal ou estadual. É uma montanha de dinheiro, são cento e trinta e oito milhões. Percebam que se esse dinheiro ficasse aqui facilitaria também a vida dessas entidades e os senhores deputados poderiam destinar essas emendas, que muitas vezes vão para essas entidades, para outras finalidades, ajudando no desenvolvimento do estado de Mato Grosso do Sul. Então, eu venho solicitar apoio à Campanha Destinação, e pedir que façam a destinação na declaração dos senhores, não pagarão nada mais por isso, porque é calculado sobre o imposto devido e é muito simples. Caso não sejam os senhores e as senhoras que fazem a própria declaração, podem conversar com seus contadores, solicitar que eles façam essa doação. Dois pontos que eu preciso destacar: não pode ser no modelo simplificado, obrigatoriamente tem que ser no modelo completo, e o Darf gerado deve ser pago até o dia 31 de maio, não pode perder esse prazo, porque é um prazo capital. Então, senhores deputados, senhoras deputadas, público que nos assiste, não é só a Receita Federal que está encabeçando essa campanha, mas toda a sociedade brasileira, todos os brasileiros que têm preocupação social. A lei permite que cada um de nós faça a destinação de parte do seu imposto que já é devido, para esses fundos. É uma facilidade que nós temos, porque o programa já calcula o valor máximo que podemos destinar, não precisamos calcular. Depois de preencher a declaração, preencher a ficha de doação diretamente na declaração, o programa já calcula o valor máximo e você determina qual o valor que você vai destinar. Feito isso, imprima seus

Darfs, recolha e entregue até o dia 31 de maio a declaração para que a gente possa consolidar, efetivar essa doação. Essas crianças, esses adolescentes, futuro do nosso país, bem como os idosos que já ajudaram no desenvolvimento do nosso país, agradecem. Nós, da Receita Federal, estamos aqui trazendo esclarecimento sobre essa campanha porque esse é um hábito que precisa ser consolidado no contribuinte declarante do Imposto Renda pessoa física. Eu tenho percorrido junto com delegado adjunto os diversos municípios do nosso estado, com o apoio do Conselho Regional de Contabilidade, com o apoio dos diversos conselhos que administram os fundos, para levar essa informação e a gente percebe que as pessoas não doam simplesmente por desconhecimento. É algo muito simples e extremamente fácil. Ressalto que vocês não pagarão nada a mais por fazerem essa doação diretamente na declaração. Há pouco, eu dei uma entrevista para TV Assembleia, e expliquei o passo a passo, de como podemos proceder. Eu peço mais uma vez a colaboração dos doutos deputados, das doughtas deputadas, para que promovam essas informações nas redes sociais, porque ganha a nossa sociedade, seja ela estadual ou municipal. Os conselhos que administram esses fundos, mediante regras próprias, selecionam as entidades que apresentaram os projetos aprovados e que são fiscalizados pelo Ministério Público. Eu agradeço a oportunidade de estar nesta Casa, agradeço à deputada Mara Caseiro, que fez a requisição e que tem uma influência capital no destino do nosso estado. Mais uma vez obrigado a todos.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Obrigado, doutor Clóvis Ribeiro Cintra Melo, muito esclarecedoras suas palavras. Passemos para o próximo orador do dia.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Presidente...

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Pois não.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Apenas agradecer ao doutor Clóvis, que veio nos trazer essas informações para incentivar as pessoas a doarem parte do seu Imposto de Renda para essas instituições, através dos Fundos da Pessoa Idosa e da Criança e do Adolescente. Eu sei do trabalho social que o senhor faz hoje, frente à Delegacia da Receita Federal, atendendo inclusive a demanda das várias instituições que fazem trabalho social em nosso estado. Espero que as pessoas entendam a importância de doar. Muito obrigada.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Obrigado, deputada. Neste momento, passo a palavra ao próximo inscrito para manifestação externa, senhor Valter Gonçalves Filho, presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Mato Grosso do Sul. Seja bem-vindo.

VALTER GONÇALVES FILHO (presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Mato Grosso do Sul) — Bom dia, presidente, senhores deputados, senhoras deputadas, em nome do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Mato Grosso do Sul (Sindjor), que este ano está completando quarenta anos de história, de fundação e de luta na sociedade sul-mato-grossense. Agradeço por esse espaço, para

ainda, à luz do dia 7 de abril, Dia do Jornalista, levamos o nosso recado aqui. A minha presença aqui é para pedir o apoio dos deputados e deputadas, para uma campanha de todos os Sindicatos dos Jornalistas do país, são trinta e um ao todo, e da Federação Nacional dos Jornalistas. Estamos iniciando uma campanha em favor da aprovação pela Câmara Federal da PEC do Diploma, que é o retorno do diploma de Jornalismo como requisito para o exercício da profissão. O diploma foi extinto em 2009, e a partir daí ocorreu uma série de problemas para nossa categoria, não só na questão salarial, mas no próprio desenvolvimento do trabalho, porque com isso surgiram vários veículos, sites, portais, que não contam com profissionais habilitados para exercer o jornalismo, grassaram e continuam grassando as fake news. A gente sabe que só o jornalista qualificado, aquele que tem compromisso com a qualidade da informação e compromisso com a ética, é quem realmente leva a informação de qualidade para a sociedade. Agora, esses que estão aí não têm compromisso nenhum e ao mesmo tempo estão conseguindo verbas governamentais, publicitárias, e muitos deles copiam e colam matérias de profissionais de verdade, pegam essas matérias de outros sites e outros veículos profissionais, e publicam, sem nenhum pudor, e ainda faturam por cima. Essa PEC que já foi aprovada no Senado, está na Câmara Federal, e a Fenaj acha que esse é o momento propício para ser aprovada aqui, porque cada um dos senhores deputados e deputadas contam com um assessor de imprensa, com certeza, todos os qualificados, mesmo porque os senhores não vão colocar um profissional que vai divulgar as ações dos senhores aqui na Assembleia, para escrever e divulgar fake news, inverdades. Então, todos aqui, desde o site da Assembleia, têm profissionais qualificados, assessores de imprensa, e entendem que é necessário ter o diploma. A Fenaj, os sindicatos, entendem que o jornalista necessita de uma formação acadêmica, de um curso superior, porque ele vai ter compromisso com a qualidade da informação, com a ética do jornalismo. Ainda está na nossa memória a pandemia do coronavírus, e se não fosse o trabalho profissional da imprensa, essa tragédia seria ainda maior, porque além de levar a informação qualificada, orientação qualificada, houve uma luta contra as fake news que grassaram contra as regras sanitárias, contra a vacina, e ainda sofreram todo tipo de ameaça, despropérios, xingamentos e ataques físicos, para levar informação qualificada para aqueles que não gostam de ler, ver, ouvir a verdade. Eu quero aproveitar a deixa do que foi discutido aqui, sobre a questão da violência nas escolas, para dizer que só o jornalista profissional vai poder dar um tratamento adequado e qualificado para esse tipo de acontecimento, porque vai ouvir todas as partes, vai ouvir o professor, a direção da escola, o médico, o psicólogo, vai ampliar a discussão, enquanto quem não tem essa habilitação vai tornar aquilo um grande sensacionalismo e aumentar ainda mais a violência, porque não tem compromisso nenhum. Por isso, deputada, eu vim aqui pedir o apoio dos senhores e das senhoras para que façam gestão junto aos deputados federais da bancada sul-mato-grossense, para que votem a favor da PEC do Diploma. Dia 18 próximo a direção da Fenaj e os representantes dos trinta e um Sindicatos dos Jornalistas estarão em Brasília, já tem uma agenda marcada com as lideranças da Casa, e no dia 19 acontecerão as discussões das bancadas. Estamos convocando os acadêmicos de Jornalismo e professores da área, através das nossas mídias sociais, para participarem da mobilização e pressionarem a Câmara Federal para aprovar a Pec. A UCDB não colocou Jornalismo na grade de vestibular deste ano e em dois anos eles vão acabar com o curso, não vai ter vestibular para Jornalismo. Então,

precisa, sim, do curso de Jornalismo, o jornalista precisa ter formação acadêmica para ter compromisso com a verdade, com a qualidade da informação e com a ética, porque eles sabe, tem a noção, tem olho clínico para saber o que é verdade ou mentira, o que é e o que não é relevante. Eu agradeço ao deputado Pedro Kemp que propiciou a gente vir aqui, e peço que seja feita gestão junto aos deputados federais para que a bancada do nosso estado aprove essa Pec. Vira e mexe surge um site novo, você olha o expediente, não tem um jornalista, a matéria não tem assinatura ou fonte. Por exemplo, o Midiamax pega a matéria de um profissional qualificado, produzida por um veículo que contrata profissionais, paga impostos, e simplesmente publica a ainda fatura em cima. Então, é necessário a volta do diploma. Quero deixar claro que com a aprovação, os registros profissionais que foram tirados de 2009 para cá não vão ser cancelados, agora o diploma, como disse a presidente Samira, a PEC restabelece um critério único, especial e transparente para quem exerce o jornalismo habitual e remunerado do país. Eu tenho certeza que isso vai sensibilizar os senhores, mesmo porque cada profissional que trabalha nas mídias desta Casa, nos gabinetes, estão dando o melhor de si porque são qualificados, e os senhores estão seguros de que a matéria, a ação vai sair qualificada para o público. Agradeço essa oportunidade e quero dizer que há uma outra luta também, porque nessa da PEC nós elegemos duas bandeiras para esse primeiro semestre: a PEC e a nova regulamentação da profissão de Jornalismo, porque o Decreto nº 69 está defasado, tem funções ali que não existem mais, e outras que surgiram com o advento da internet e precisam ser adicionadas. Então, a nova regulamentação da profissão é a outra luta que nós vamos travar neste primeiro semestre. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Pedro Kemp - PT) — Esta presidência agradece a fala do senhor Valter Gonçalves Filho, presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Mato Grosso do Sul. Com certeza as suas colocações serão consideradas pelos nobres deputados, em apoio à categoria dos jornalistas, defendendo a regulamentação desse importante projeto de lei para garantir o diploma dos jornalistas profissionais, para que eles possam atuar e atender aos interesses da sociedade. Está reaberta a Sessão Ordinária (11h28min). Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, o Deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — sem revisão do orador — Senhor presidente, nobres colegas deputados, quero fazer algumas considerações que julgo ser importantes. Uso as Explicações Pessoais para chamar a atenção para a necessidade de fazermos uma audiência pública em Dourados, que já está marcada para o dia 27 de abril, para tratar da segurança das escolas naquele município. Essa audiência pública, deputada Gleice, deputada Lia Nogueira, será na Câmara Municipal. Nós estaremos lá junto com os vereadores, com a comunidade escolar e com as instituições, discutindo esse tema que foi tratado aqui com várias sugestões e opiniões. Vejo que esse é o momento de mergulharmos em águas mais profundas, porque não é uma ação isolada que vai dar o resultado que todos querem, esse sentimento de segurança. Lembro-me, vereador Careca, quando implantei em toda a rede municipal de Ivinhema, o Programa Educa Mais, ação da Fundação Bradesco. Sou oriundo da Fundação Bradesco, uma escola privada, mas filantrópica e que tem regras definidas, ações definidas, e dos três municípios no Brasil que iniciou

esse programa, um deles foi Ivinhema. Naquele momento eu achei que seria a grande virada, que seria algo extraordinário implantar um apostilamento de qualidade, implantar ações didáticas, com brinquedoteca, bibliotecas móveis dentro da sala de aula, com tutoria on-line para os professores, e que isso traria uma grande mudança de mentalidade, da forma de se perceber a educação fundamental, no município de Ivinhema. Evoluiu, sim, e hoje, depois de quatorze anos de implantação, Ivinhema cresceu muito em todos os índices, mas uma coisa, deputado Pedro Kemp, eu vi na prática e fui convencido: a importância da família na educação dos filhos. Quando falo da importância da família, não quero dizer da importância lá na casa dela, apenas como uma observadora, mas dentro da escola. A professora Gleice Jane colocou aqui muito bem a questão de vários outros atores multidisciplinares, da comissão, que acho fundamental, mas o start disso tudo é ter um programa de educação para que o estado possa estar aberto a ter esse debate, essa discussão, a ouvir ativamente todos os que estão nas escolas, professores, diretores, coordenadores; ter um instrumento para aproximar as APMs; manter o diálogo com as forças policiais, mesmo porque não é a opressão que faz a mudança de hábito dentro da nossa casa. Por exemplo, para você fazer o seu filho comer alface, tem que contar a ele uma bela história, que o Ben-10 come alface, que os super-heróis comem alface, você não pega uma folha de alface e enfia na boca dele e fala: come, isso faz bem para saúde. Não é bem assim. As questões locais precisam ser ouvidas, discutidas e precisam ser assimiladas. Existem diferentes criações e educação cultural que precisam ser discutidas dentro da escola. Conversando com o Messias, ele me contava que tem um aluno na Escola Angelina Jaime Tebet que dá muito problema, é violento e tem problemas de relacionamento. Eles foram fazer uma visita na casa desse aluno e constataram que os seus pais e avós moram junto e todos são alcoólatras, e ele acaba carregando toda essa pressão, vive no celular dentro da escola para escapar de tudo aquilo que ele está vivendo. Portanto, para resolver esses problemas, temos que ter um plano de ação estratégico a curto, médio e a longo prazo. Eu acho que as ações de policiamento, de ter catraca na escola, de ter câmeras, podem até auxiliar, mas o que vai, de fato, fazer a diferença é a mudança de atitude desse jovem e também a forma de ensino que está em xeque. Como os nossos jovens estão sendo ensinados hoje? Vejo que essa modalidade do professor como o dono do conhecimento, transmitir para o aluno passivamente ouvindo, está em xeque. Não sou dessa área, deputado Pedro Kemp, falo de experiências particulares de vida, porque quando faço um diálogo com meus filhos, eles checam as informações que eu estou falando e isso me coloca numa posição de ter um diálogo diferente, eu não posso falar de qualquer forma, de qualquer jeito, porque pode colocar minha autoridade de pai em xeque. Quando nós implantamos o Educa Mais Ação em todas as escolas do município, achei que ia ser uma revolução, de cara tive uma grande surpresa, vários professores não tinham conhecimento de tecnologia, não tinham e-mail, naquela época, em 2005. Tivemos que dar treinamento e fazer formação para poder colocar aquele método, demorou alguns anos para ter assimilação do professor, para não ser uma afronta para o professor, não ser de goela abaixo, mas algo que poderia auxiliar e ajudar toda a classe escolar. Aí é que começa aparecer as questões que não dependem só da escola, e o professor fica à mercê. É a fome, é a questão de crianças que às vezes são mal compreendidas porque são hiperativas, mas na verdade, são alunos superdotados.

PRESIDENTE (deputado Pedro Kemp - PT) — O tempo de Vossa Excelência está esgotado.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Para encerrar, senhor presidente, quero dizer que todos esses sistemas, todas essas informações e sugestões precisam ser ouvidas, discutidas, aprofundadas, para que possamos ter um plano de ação do governo. Esse é o momento para efetivar as ações e uma nova visão de ensino. Da mesma forma que Vossa Excelência tem discutido aqui nesta Casa, juntamente com os professores também vamos discutir no dia 27 de abril, na Câmara Municipal de Dourados. Gostaria de fazer um convite para as deputadas que estão aqui e para quem nos ouve neste momento. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Pedro Kemp - PT) — Deputado Renato Câmara, Vossa Excelência disse que não é professor, não é educador, mas acabou de defender uma ideia do grande educador Paulo Freire que dizia que o professor não deve ser dono do conhecimento, mas deve estabelecer uma relação dialógica com os educandos. Parabéns! Vossa Excelência está muito afinado na teoria do nosso grande mestre Paulo Freire.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) - Falando de Paulo Freire, me lembrei, não entendi muito bem, ainda tenho que ficar relendo aquela pequena frase que ele colocou: para que possamos entender o lá, se nós partirmos de cá, daqui, nós temos que falar de cá sem saber o que tem lá. É mais ou menos por aí. É uma expressão que ele usava, mas entendi que para falar do futuro, nós temos que entender o presente.

PRESIDENTE (deputado Pedro Kemp - PT) — Exatamente. Obrigado, Deputado. Não há mais oradores inscritos nas Explicações Pessoais. Eu gostaria de fazer as vezes da liderança da Bancada do Partido dos Trabalhadores, e comunicar a participação da deputada Gleice Jane nas comissões permanentes, ocupando a vaga deixada pelo nosso saudoso deputado Amarildo Cruz. A deputada Gleice Jane vai participar, como titular, da Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia, da Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração, da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e Combate à Violência Doméstica e Familiar; como titular e presidente, da Comissão de Defesa dos Direitos do Consumidor; e como suplente, da Comissão de Acompanhamento da Execução Orçamentária, da Comissão de Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e da Comissão de Desenvolvimento Agrário e Assuntos Indígenas e Quilombolas. Vale lembrar que na Comissão dos Direitos da Mulher e Combate à Violência Doméstica, fazia parte o deputado Coronel David, como titular, mas houve um entendimento com a nossa bancada e ele cedeu a vaga para a deputada Gleice Jane, e em contrapartida ela cedeu a vaga ao Coronel David como titular da Comissão de Finanças e Orçamento. Houve uma troca entre os deputados e o deputado Coronel David ficou como suplente na Comissão dos Direitos da Mulher e Combate à Violência Doméstica. A Diretoria Legislativa irá fazer os registros e a publicação. Nada mais havendo a tratar, esta presidência vai encerrar a presente Sessão Ordinária. Está encerrada (11h42min).